

PESQUISA E EXTENSÃO: UMA PROPOSTA DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PINHEIRO MACHADO – RS

SOUZA, Aisllan Augusto de¹; CÓSSIO, Maria de Fátima²; RODRIGUEZ; Rita de Cássia³

¹Acadêmico do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas; ²Professora Adjunta do Departamento de Ensino da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, email: fatimacossio@ig.com.br; ³Professora Adjunta do Departamento de Ensino do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Pelotas, email: rita.cossio@ig.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo pretende-se apresentar alguns aspectos da extensão universitária que foi realizada junto à Secretaria Municipal de Educação (SMEC) do município de Pinheiro Machado/RS no período de 2009 a 2011. O projeto constituiu-se em uma assessoria técnica para a formulação, implementação e acompanhamento ao Plano Municipal de Educação (PME) na perspectiva da democracia participativa.

O projeto de extensão originou-se da solicitação da SMEC à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas para a assessoria na elaboração de políticas educacionais que ampliassem a participação da comunidade na tomada de decisões e, sobretudo, que refletissem as demandas e necessidades locais orientadas pela ideia de construção coletiva do PME em decorrência da discussão do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

O grupo da Universidade sentiu-se desafiado pela possibilidade de construção coletiva de uma política de Estado que visasse garantir uma educação pública, democrática, inclusiva e de qualidade social para todos/as e, desse modo, perseguir a universalização do acesso e da permanência bem sucedida de crianças, jovens e adultos em todas as etapas e modalidades.

Para orientar o trabalho, inicialmente utilizaram-se os dados censitários do IBGE e MEC. Do ponto de vista teórico, considerou-se como referência o conceito de democracia participativa de Boaventura de Souza Santos (2003, 2007) e as suas ideias sobre emancipação, sobretudo quando assinala que a ampliação das experiências democráticas em escala global deve partir da valorização das experiências locais, das vivências concretas de pessoas que, de uma maneira ou de outra, resistem à regulação. Para a análise dos diferentes momentos de construção da política local, mostrou-se produtiva a teoria de Ball (1994, 2001, 2004, 2005) sobre o “ciclo de políticas”. Com base no autor, Cossio e Rodriguez (2010) esclarecem que tal concepção se constitui em

um método de pesquisa para compreender a política educacional, destacando a sua complexidade, ou seja, a impossibilidade de análise linear e simplificada das decisões e práticas nesse campo e a necessidade de enfatizar os processos micro-políticos e a ação dos sujeitos que lidam com as políticas no nível local, neste caso referindo-se tanto a gestores quanto aos professores e demais atores do cenário político e educacional local. Indica, ainda, a necessidade

de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais (2011, p.03).

Um dos objetivos deste artigo é reiterar a importância da ampliação dos canais de participação das comunidades nas decisões públicas e a necessidade de preparação dos gestores educacionais/escolares e dos membros do Conselho Municipal de Educação (CME) para a coordenação do processo de participação em cada unidade educacional e espaços de representação comunitária, com vistas à qualificação do processo participativo.

A democracia encontra na participação uma de suas principais expressões. Entretanto, constatou-se que não basta abrir espaços de participação, é preciso preparar as pessoas para participarem por meio de discussões prévias sobre as temáticas que serão aprofundadas, bem como o incentivo à participação e a garantia, por parte do poder público, de que as decisões coletivas serão materializadas.

Desta forma, acredita-se que a mobilização em torno da formulação de um Plano Municipal de Educação pode resultar em propostas e ações planejadas para curto, médio e longo prazo, com previsão orçamentária municipal, acordos de cooperação com as demais esferas governamentais e com a sociedade civil, garantindo que as proposições sejam de fato implementadas.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos pelo projeto, foram realizadas reuniões com a equipe gestora da SMEC e das escolas para estudos e organização do processo participativo da comunidade escolar na tomada de decisões sobre o projeto educacional. Posteriormente, foram realizados encontros com a equipe da SMEC, equipe gestora das escolas, professores e funcionários da rede pública e CME, oportunizando a discussão sobre a educação local, no sentido de evidenciar a realidade e as expectativas, assim como a disposição para a participação na discussão do PME. Em seguida, foi constituída uma comissão representada pela SMEC, CME e Universidade para elaborar a versão preliminar do Plano.

Após esta etapa preparatória, a comissão iniciou a coleta de dados e informações com vistas à elaboração do diagnóstico da realidade social e educacional da cidade. Para tanto, realizou-se a análise dos documentos oficiais e legais que atualmente orientam a rede municipal de ensino e o levantamento dos censos populacionais e educacionais da cidade. A seguir, buscou-se a atualização dos dados de cada escola referentes aos índices de aprovação, reprovação, abandono, número total de alunos por série/ano/modalidade de ensino, número de professores e funcionários, condições estruturais, materiais e físicas, projetos pedagógicos, organização curricular, critérios e instrumentos de avaliação do desempenho dos alunos, programas e projetos extraclasse, entre outros.

Para complementar o diagnóstico e delinear as proposições ao Plano, realizaram-se encontros com os quatro segmentos de cada escola municipal e estadual, urbana e rural, assim como professores, funcionários, direção e alunos do polo local da Universidade Federal de Pelotas. Sendo assim, foram realizadas visitas, conforme cronograma do projeto de extensão, às instituições de ensino onde foram apresentadas inicialmente as diretrizes, metas e estratégias do PNE

2011/2020 e abriu-se o debate, a partir de questões orientadoras, onde foram surgindo propostas e estratégias para a construção das metas e estratégias do PME.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a construção da versão preliminar do Projeto de Lei do novo Plano Educacional para o município, aconteceu no dia 12 de dezembro de 2011 uma grande plenária: a Conferência Municipal de Educação, onde foram votados e aprovados os itens que nortearão as políticas educacionais locais para os próximos dez anos. Após as contribuições finais e aprovação do documento referência este foi formatado como o Documento Final do PME 2012/2021. O documento foi enviado ao Poder Legislativo Municipal e a comunidade de Pinheiro Machado acompanha sua aprovação e futura implementação, sentindo-se responsável pela educação do/no município.

Fica evidente, em diferentes momentos das manifestações dos segmentos da comunidade educacional, que a equipe de gestores da rede pública municipal (SMEC) exerce um papel de extrema importância na conquista pela democratização das relações de poder, inclusive no interior das escolas. Isto porque, a despeito da disposição dos professores em participar do contexto de influência e do contexto da produção de textos (BALL, 1994), os espaços de participação e o respeito às contribuições dos vários segmentos da comunidade nas construções políticas, dependem, em grande medida, do projeto político assumido pelas instâncias de poder local. Esta constatação se baseia em experiências autoritárias vivenciadas anteriormente no município em estudo e manifestadas pelos professores mais experientes que atravessaram diferentes gestões municipais.

4 CONCLUSÃO

Observou-se que, se por um lado, a disposição política para a criação de espaços de participação por parte dos gestores do município é imprescindível para a democratização da educação local, por outro lado não garante a democracia na escola.

Os gestores das escolas precisam aderir ao projeto democrático e, por sua vez, exercerem a liderança na orientação e materialização de projetos educativos próprios.

Em decorrência desta experiência, é possível afirmar que a democracia participativa é desejada pelos segmentos da comunidade educacional, ávidos por exporem suas necessidades e alternativas. Além disso, quando o espaço é favorecido, idéias e projetos vão sendo constituídos e, por serem coletivos, terão mais possibilidades de se efetivarem.

Entende-se que o documento final do PME refletiu as principais demandas da comunidade e, em seu processo de implementação, precisa provocar mudanças concretas nas práticas de gestão das escolas e nos espaços de sala de aula, diminuindo o distanciamento entre os princípios, proposições e a materialização dos pressupostos democráticos e de qualidade da educação, cabendo à comunidade que elaborou acompanhar a aprovação do Plano na Câmara Municipal e a sua efetivação em cada escola.

5 REFERÊNCIAS

- BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.2, p.99-116, Jul/Dez 2001.
- _____. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v.25, n.89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.
- _____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.
- CÓSSIO, Maria de Fátima; RODRIGUEZ, Rita de Cássia. Plano municipal de educação: construindo espaços de participação na definição das políticas públicas. In: Anais da ANPAE, São Paulo, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. O social e o político na Pós-Modernidade. Porto, Portugal: Afrontamento, 1995.
- _____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Um discurso sobre as Ciências*. Porto, Portugal: Afrontamento, 2004.
- _____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.